

W  
SJK  
H. J. J.

**ESTATUTOS**  
**DA**  
**“APPACDM DE BRAGA – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO**  
**CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL”**

**CAPÍTULO I**

**Natureza, Denominação, Sede e Objecto**

**Artigo 1º**

**Denominação e natureza jurídica**

1- A APPACDM DE BRAGA – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, abreviadamente designada por APPACDM DE BRAGA, deixa de ser Delegação da APPACDM registada na Direcção da Acção Social, autonomizando-se e passando ela própria a ser uma pessoa colectiva e titular de todo o património da antiga Delegação, conforme Acta da Assembleia Geral de Delegados de vinte e nove de Maio de mil novecentos e noventa e nove, realizada em Fátima, assumindo, em consequência, todas as responsabilidades contratuais, acordos, protocolos e equivalentes deles derivados.-----

2- A APPACDM DE BRAGA é uma instituição particular de solidariedade social, sob a forma de associação, sem fins lucrativos, regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes estatutos.-----

**Artigo 2º**

**Sede e âmbito de acção**

1- A APPACDM DE BRAGA tem a sua sede na Rua de S. Lázaro, nº 38, da freguesia de São José de São Lázaro, concelho de Braga.-----

2- Por deliberação da Assembleia Geral de Associados a sede pode a todo o tempo ser transferida para onde se julgar mais conveniente.-----

3- Por simples deliberação da Direcção podem ser criadas delegações e ou estabelecimentos para o exercício da sua actividade, dentro da sua área de actuação.-----

4- A APPACDM DE BRAGA tem o seu âmbito de actuação e intervenção em todo o distrito de Braga e deverá, desde que lhe seja possível, intervir em toda a região.-----

**Artigo 3º**

**Objectivos**

A APPACDM DE BRAGA tem como objectivos:-----



- 1- Promover a integração na sociedade do Cidadão com Deficiência Mental, no respeito pelos princípios de Normalização, Personalização, Individualização e Bem Estar.-----
- 2- Promover o equilíbrio das Famílias dos Cidadãos com Deficiência Mental.-----
- 3- Sensibilizar e co-responsabilizar a sociedade e o Estado, nas suas várias formas, para o papel que lhes cabe na resolução dos problemas dos Cidadãos com Deficiência Mental e respectiva Família.-----
- 4- Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades do Cidadão com Deficiência Mental nas instituições, no trabalho, no lar e na sociedade, tendo como princípios básicos:-----
  - a) Partilhar lugares comuns;-----
  - b) Fazer escolhas;-----
  - c) Desenvolver capacidades;-----
  - d) Ser tratado com respeito e ter um papel socialmente valorizado;-----
  - e) Crescer nas relações;-----
- 5- Sensibilizar os pais e famílias, motivando-os para a defesa dos direitos dos seus familiares e apetrechando-os para a assunção das responsabilidades que lhes cabem na condução de uma perspectiva de educação permanente na Escola e na Família;-----
- 6- Humanizar e normalizar as estruturas de resposta, de modo a desenvolverem meios não restritivos para o Cidadão com Deficiência Mental;-----
- 7- Defender e promover a necessária adequação da legislação portuguesa e comunitária no sentido de serem reconhecidos e respeitados os Direitos e Deveres do Cidadão com Deficiência Mental.-----
- 8- Promover actividades culturais, recreativas, desportivas, de lazer e tempos livres.-----
- 9- Assegurar o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibilizar serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidados informais.-----

#### **Artigo 4º**

##### **Actividades – Acções**

A APPACDM DE BRAGA para a prossecução dos seus objectivos deverá levar a cabo, quer ao nível da sua área geográfica de intervenção, quer ao nível nacional, em colaboração com entidades públicas e/ou privadas, as seguintes acções:-----

- 1- Criação de estruturas e equipamentos, nomeadamente nas seguintes áreas:-----

↳ -  
Sik  
[Signature]

a) Serviços de Apoio Directo ao Cidadão com Deficiência Mental e também do cidadão dito "normal", inseridos no seu processo de desenvolvimento, nomeadamente: intervenção precoce, creches/jardim de infância, pré-escolar, escolar, ATL, preparação pré-profissional, formação profissional, apoio ocupacional e emprego, lares e residências, apoio domiciliário e internamento temporário.-----

b) serviços complementares aos identificados na alínea anterior, bem como, ainda, serviços sócio-psico-pedagógicos de formação e informação no apoio à comunidade.-----

2- Criação de estruturas em colaboração com instituições públicas ou privadas que fomentem a investigação sobre deficiência mental nos âmbitos psico-pedagógico, social e médico, na prossecução permanente do aperfeiçoamento dos conhecimentos nestas áreas.-----

#### **Artigo 5º**

A organização e funcionamento das diversas valências de atendimento constarão de regulamentos internos elaborados pela Direcção.-----

#### **Artigo 6º**

##### **Prestação dos serviços**

1- Os serviços prestados pela APPACDM DE BRAGA serão gratuitos ou remunerados, em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá proceder.-----

2- As tabelas de participação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.-----

### **CAPÍTULO II**

#### **Dos Associados**

#### **Artigo 7º**

##### **Qualidade de associado**

1- Podem ser associados pessoas singulares ou colectivas que se proponham contribuir para a realização dos fins da APPACDM DE BRAGA mediante o pagamento de quotas.---

2- A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a associação obrigatoriamente possuirá.-----

#### **Artigo 8º**

##### **Categorias de associados**

- 1- Haverá três categorias de associados:-----
- a) Efectivos;-----
  - b) Honorários;-----
  - c) Beneméritos.-----

#### **Artigo 9º**

##### **Associados efectivos**

- 1- São associados efectivos as pessoas singulares ou colectivas que se tenham inscrito como associados e que paguem as quotas fixadas.-----
- 2- As pessoas colectivas que se tornem associados têm direito a participar nas assembleias gerais nos termos e condições constantes destes estatutos, através do seu representante legal que para o efeito seja nomeado e credenciado pela respectiva pessoa colectiva e de acordo com o procedimento a esta exigido.-----

#### **Artigo 10º**

##### **Direitos dos associados efectivos**

- São direitos dos associados efectivos:-----
- 1- Eleger e ser eleito para os órgãos sociais da associação decorridos doze meses sobre a data da sua admissão como sócio efectivo e desde que tenha as quotas em dia.-----
- 2- Participar nas assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias, discutindo e votando todos os assuntos que às mesmas forem submetidos.-----
- 3- Requerer aos órgãos competentes da APPACDM DE BRAGA as informações que entenderem, examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, nos períodos e nas condições que forem fixadas pela Direcção, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de quinze dias e desde que suportem, se a eles houver lugar, os custos inerentes ao pedido.-----
- 4- Requerer a convocação de assembleias gerais extraordinárias nos termos dos Estatutos e da Lei se tiverem sido admitidos como associados efectivos há mais de três meses.-----
- 5- Apresentar a sua demissão.-----
- 6- Frequentar as instalações da APPACDM DE BRAGA, desde que não prejudique o normal funcionamento das mesmas.-----
- 7- Participar nas actividades promovidas e desenvolvidas pela APPACDM DE BRAGA.---
- 8- Beneficiar da prioridade nas admissões dos seus familiares com deficiência mental, desde que as respectivas estruturas de apoio permitam o enquadramento adequado,

devendo a Direcção ponderar essas situações em função das necessidades e dos casos que se apresentem a nível geral.-----

9- Exercer os demais direitos que para ele resultem por Lei, pelos presentes Estatutos e pelos Regulamentos internos das actividades da APPACDM DE BRAGA.-----

### **Artigo 11º**

#### **Deveres dos associados efectivos**

São deveres dos associados efectivos:-----

1- Pagar pontualmente as suas quotas.-----

2- Comparecer às reuniões das assembleias gerais e nelas participar.-----

3- Observar as disposições estatutárias e regulamentares, e as deliberações dos corpos gerentes.-----

4- Aceitar e desempenhar com zelo, dedicação e eficácia os cargos sociais para que forem eleitos, salvo motivo justificado de escusa.-----

5- Prestar as informações e fornecer os elementos que lhe forem solicitados para a realização dos fins da associação.-----

6- Contribuir para o bom nome e prestígio da associação, bem como para a eficácia da sua acção.-----

### **Artigo 12º**

#### **Associados Honorários**

1- São associados honorários as pessoas singulares e colectivas, públicas ou privadas, que sendo já associados efectivos e tendo prestado serviços relevantes à APPACDM DE BRAGA, tenham merecido essa distinção por deliberação da assembleia geral sob proposta fundamentada da Direcção.-----

2- Os associados honorários têm os mesmos direitos e deveres dos associados efectivos, não podendo, contudo, ser eleitos para os órgãos sociais da associação no caso de se tratar de pessoas colectivas.-----

### **Artigo 13º**

#### **Associados Beneméritos**

1- São associados beneméritos as pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, que sendo já associados efectivos tenham contribuído para a APPACDM DE BRAGA com apreciáveis donativos em dinheiro ou produtos de qualquer espécie e de utilidade para a associação, se assim for deliberado pela assembleia geral, sob proposta fundamentada da Direcção, ou de pelo menos vinte associados.-----

2- Os associados beneméritos têm os mesmos direitos e deveres dos associados efectivos.-----

#### **Artigo 14º**

##### **Condições do exercício dos direitos dos associados**

1- Os associados só podem exercer os direitos constantes dos presentes estatutos se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.-----

2- Só são elegíveis para os órgãos sociais nos termos dos presentes Estatutos os associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e após doze meses sobre a obtenção da sua qualidade de associado efectivo.-----

3- Não são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que mediante processo judicial tenham sido removidos dos cargos directivos da APPACDM DE BRAGA, ou de outra Instituição Particular de Solidariedade Social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções.-----

#### **Artigo 15º**

##### **Intransmissibilidade**

A qualidade de associado não é transmissível quer por acto entre vivos, quer por sucessão.-----

#### **Artigo 16º**

##### **Perda da qualidade de associado**

1- Perdem a qualidade de associado:-----

a) Os que pedirem a sua exoneração;-----

b) Os que deixarem de pagar as quotas durante doze meses;-----

c) Os que forem demitidos nos termos previstos nestes Estatutos;-----

2- As pessoas colectivas perdem, ainda, a qualidade de associado por dissolução ou fusão.-----

3- Por deliberação da Direcção a qualidade de associado perdida por falta de pagamento de quotas pode ser recuperada mediante pedido fundamentado do interessado.-----

#### **Artigo 17º**

##### **Da exclusão ou exoneração**

1- Serão excluídos os associados que incorram em violação grave e culposa dos presentes Estatutos, dos regulamentos internos da APPACDM DE BRAGA e demais

legislação aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social ou à legislação civil aplicável às associações.-----

2- A exclusão dos associados é da competência da assembleia geral, sob proposta fundamentada e iniciativa da Direcção, ou de pelo menos vinte associados.-----

3- Quando o associado a excluir exerça cargo em órgão social da APPACDM DE BRAGA e a assembleia geral delibere a sua exclusão, será o mesmo, com efeitos imediatos, exonerado do respectivo cargo.-----

4- O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à APPACDM DE BRAGA não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.-----

### **Artigo 18º**

#### **Outras sanções**

1- Os associados que violarem os deveres estabelecidos nos presentes Estatutos e demais legislação aplicável e que não sejam sujeitos à sanção de exclusão, poderão ser alvo das seguintes sanções:-----

a) Repreensão escrita;-----

b) Suspensão de direitos até 12 meses.-----

2- As sanções aplicadas nos termos dos presentes Estatutos não excluem ou inibem o procedimento judicial se a ele houver lugar.-----

### **Artigo 19º**

#### **Procedimento para aplicação de sanção disciplinar**

1- Compete à Direcção a instauração de processos disciplinares, por sua iniciativa ou de pelo menos vinte associados que denunciem a violação da lei ou de qualquer normativo constante dos presentes Estatutos e demais Regulamentos internos da APPACDM DE BRAGA.-----

2- A instrução dos processos disciplinares compete à Direcção, que pode nomear para o efeito pessoa com conhecimentos técnico-jurídicos.-----

3- A decisão sobre o processo disciplinar e as sanções de exclusão, repreensão e suspensão de direitos até doze meses é da competência da assembleia geral, sob proposta da Direcção.-----

4- A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo disciplinar escrito, onde será elaborada uma nota de culpa, que será remetida por correio registado com aviso de recepção para o associado em causa, dispondo este do prazo de dez dias para

apresentar a sua defesa/resposta, também ela escrita e remetida por correio registado com aviso de recepção ou entregue na secretaria da APPACDM DE BRAGA, podendo e devendo na mesma apresentar os seus meios de prova, requerendo a audição de testemunhas, a junção de documentos e outras provas que entenda serem pertinentes à sua defesa.-----

5- No prazo de sessenta dias sobre a recepção da resposta à nota de culpa, o instrutor do processo elabora e entrega à Direcção o relatório final com a proposta de sanção a aplicar.-----

6- Recepcionado o relatório final pela Direcção no prazo referido no número anterior, a Direcção tem o prazo de trinta dias para deliberar a sanção a aplicar, notificando o associado da proposta de decisão nos dez dias seguintes, através de carta registada com aviso de recepção.-----

7- Havendo lugar à aplicação de qualquer sanção disciplinar, a Direcção tem a obrigação de, no prazo de noventa dias, convocar assembleia geral de associados para que esta discuta e delibere a aplicação da sanção.-----

8- Nesta assembleia geral o associado visado poderá intervir oralmente para renovar a sua defesa.-----

9- O associado visado por qualquer sanção disciplinar que lhe seja aplicada tem sempre direito a impugnar a mesma pelas vias judiciais.-----

10- A Direcção, no caso da assembleia geral deliberar pela não aplicação da sanção de exclusão, reserva para si o direito de agir e obter judicialmente o efeito pretendido.-----

11- A aplicação de sanção disciplinar de suspensão não desobriga o visado do pagamento das quotas.-----

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos órgãos sociais**

##### **Secção I**

#### **Disposições gerais**

##### **Artigo 20º**

#### **Órgãos Sociais**

1- São órgãos da APPACDM DE BRAGA a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal, todos constituídos por um número ímpar de titulares, dos quais um é o presidente.

2- O exercício de qualquer cargo nos corpos sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.-----

3- A direcção poderá deliberar a constituição de Comissões Especiais, de duração limitada, para o desempenho de funções determinadas, cujo exercício é de carácter gratuito, podendo, caso se justifique, haver lugar ao pagamento de despesas derivadas das funções.-----

4- Só podem participar dos órgãos sociais os associados efectivos, honorários ou beneméritos, no pleno gozo dos seus direitos.-----

### **Artigo 21º**

#### **Incompatibilidades**

1- A direcção e o conselho fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da associação.-----

2- O cargo de presidente do conselho fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da associação.-----

3- Nenhum titular de qualquer órgão da associação pode ser simultaneamente titular de outro órgão.-----

4- Não podem ser eleitos para o mesmo órgão da associação ou ser simultaneamente titulares da direcção e do conselho fiscal os cônjuges, as pessoas que vivam em comunhão de facto, parentes ou afins em linha recta.-----

### **Artigo 22º**

#### **Impedimentos e não elegibilidades**

1- É nulo o voto de um membro sobre assunto que directamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respectivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha recta ou no 2º grau da linha colateral.-----

2- Os titulares dos membros da direcção não podem contratar directa ou indirectamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a associação.---

3- Os titulares dos órgãos não podem exercer actividade conflituante com a da associação nem integrar corpos sociais de entidades conflitantes com os da associação, ou de participadas desta.-----

4- Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe uma situação conflituante:-----

a) Se tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transacção efectuada;-----

b) Se obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.

5- Os titulares dos órgãos não podem ser reeleitos ou novamente designados se tiverem sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do sector público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.-----

### **Artigo 23º**

#### **Mandatos dos titulares dos órgãos**

1- A duração do mandato dos órgãos é de quatro anos, coincidindo com os anos civis correspondentes, e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição.-----

2- Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao décimo quinto dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.-----

3- Os associados só podem exercer os mesmos cargos para que foram eleitos por três mandatos consecutivos.-----

4- A inobservância do disposto no presente artigo determina a nulidade da eleição.-----

### **Artigo 24º**

#### **Responsabilidade dos titulares dos órgãos**

1- As responsabilidades dos titulares dos órgãos da associação são as definidas nos artigos 164º e 165º do Código Civil.-----

2- Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:-----

a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;-----

b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.-----

### **Artigo 25º**

#### **Funcionamento dos órgãos em geral**

1- As reuniões da direcção e do conselho fiscal são convocados pelos respectivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares.-----

- 2- As deliberações são tomadas com a presença da maioria dos titulares dos órgãos, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.-----
- 3- As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto.-----
- 4- Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.-----
- 5- Os membros designados para preencherem as vagas referidas no número anterior apenas completam o mandato.-----
- 6- Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da assembleia geral, pelos membros da respectiva mesa.-----
- 7- As deliberações são tomadas com a presença da maioria dos seus titulares.-----

## **Secção II**

### **Eleição dos órgãos sociais e processo eleitoral**

#### **Artigo 26º**

##### **Eleição dos órgãos sociais**

- 1- Os órgãos sociais são eleitos por escrutínio secreto, por maioria simples dos votos entrados em urna.-----
- 2- A eleição dos órgãos sociais far-se-á a partir de listas apresentadas a escrutínio, listas essas que terão de concorrer, obrigatoriamente, a todos os órgãos sociais, sob pena de não serem admitidas a sufrágio e que deverão ser afixadas na Sede e em todas as dependências da APPACDM DE BRAGA para conhecimento dos associados.-----

#### **Artigo 27º**

##### **Do processo eleitoral**

- 1- A eleição dos órgãos sociais da associação faz-se através da realização de uma assembleia geral eleitoral exclusivamente convocada para o efeito, que se realizará no período que medeia entre o dia 1 de Setembro e o dia 31 de Outubro de cada quadriénio.
- 2- Compete ao presidente da assembleia geral, sob proposta da direcção, designar e convocar a assembleia geral eleitoral dentro do prazo constante do número anterior, através de convocatória, a publicitar com 30 dias de antecedência da realização do acto eleitoral.-----

- 3- A convocatória da assembleia geral eleitoral terá um único ponto na ordem de trabalhos, que é o da eleição dos órgãos sociais, devendo da mesma constar o período em que as listas concorrentes deverão ser entregues à mesa da assembleia geral.-----
- 4- Compete à lista vencedora apresentar o orçamento e plano de actividades para o ano seguinte ao da eleição, mediante os elementos que, obrigatoriamente, lhes serão fornecidos pela direcção e conselho fiscal cessantes.-----
- 5- A publicitação da convocatória eleitoral é da competência da direcção, que para o efeito a afixará na sede e nos locais próprios de todas as dependências ou complexos da instituição.-----
- 6- A convocatória terá, ainda, que ser publicitada através do envio da mesma por correio simples a todos os associados com direito a voto, ou, em alternativa ou cumulativamente, através de anúncio a publicar em dois jornais diários da cidade de Braga.-----
- 7- A convocatória terá que conter o dia, a hora e o local da realização da assembleia e a respectiva ordem de trabalhos.-----
- 8- A convocatória será assinada pelo presidente da assembleia geral ou por um dos elementos que compõem a mesa em sua substituição.-----
- 9- A convocatória será afixada e publicitada de acordo com os números anteriores, com pelo menos 30 dias de antecedência da realização da assembleia eleitoral.-----
- 10- As listas concorrentes à eleição dos órgãos sociais serão admitidas pelo presidente da mesa da assembleia geral ou por um elemento da mesa em sua substituição até quinze dias antes do dia da realização da assembleia eleitoral.-----
- 11- Compete à mesa da assembleia geral admitir ou não as listas concorrentes ao acto eleitoral, fazendo a sua fiscalização, nomeadamente se os membros que compõem as mesmas estão no pleno gozo dos seus direitos enquanto associados e se estão em condições de elegibilidade. -----
- 12- A mesa da assembleia geral tem o prazo de três dias para proceder à fiscalização das listas, admitindo as mesmas se não se verificar qualquer erro ou anormalidade. -----
- 13- Não estando as listas em condições de serem admitidas a sufrágio, a mesa da assembleia geral notifica o mandatário das mesmas para, no prazo de dois dias, sanar as falhas ou erros verificados.-----
- 14- A notificação referida no número anterior será efectuada pela mesa da assembleia geral através de e-mail a enviar para o mandatário da lista concorrente, através do qual se

identificam as razões da não admissão das listas e os termos em que as mesmas deverão ser corrigidas.-----

15- Para o efeito do número anterior, as listas concorrentes têm de mencionar nas mesmas a identificação da pessoa dos seus mandatários, bem como os seus contactos telefónicos, moradas e endereços de e-mail.-----

16- As listas concorrentes ao serem admitidas ao acto eleitoral serão identificadas com letras do alfabeto, começando pela letra "A", em função da prioridade da sua entrada/entrega na mesa da assembleia geral.-----

17- As listas que forem admitidas ao acto eleitoral serão afixadas na sede da APPACDM DE BRAGA e nos seus vários complexos, com a letra do alfabeto que lhes for atribuída.

18- As listas concorrentes ao acto eleitoral podem indicar a pessoa de um seu representante para assistir e fiscalizar a assembleia geral eleitoral, estando presente desde o seu início até à contagem dos votos.-----

19- A assembleia geral eleitoral e o início da votação decorre entre as 10,00 horas e as 17.00 horas do dia designado para o efeito, sem qualquer interrupção.-----

20- Os resultados eleitorais são publicitados logo que a contagem dos votos seja efectuada, através de edital a afixar no local da realização do acto eleitoral e, logo que seja possível, na sede da APPACDM DE BRAGA.-----

21- Os órgãos sociais deverão tomar posse dos respectivos cargos até quinze dias decorridos sobre o acto eleitoral, que será dada pela mesa da assembleia geral cessante.

### **Secção III**

#### **Da Assembleia Geral**

#### **Artigo 28º**

#### **Constituição**

1- A assembleia geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.-----

2- A assembleia geral é constituída por todos os associados admitidos há pelo menos três meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.-----

3- A assembleia geral é dirigida pela respectiva mesa que se compõe de um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário.-----

4- Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.-----

### **Artigo 29º**

#### **Competências**

Compete à assembleia geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos da associação e, designadamente:---

- a) Definir as linhas gerais de actuação da associação;-----
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva mesa, da direcção e do conselho fiscal;-----
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;-----
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;-----
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;-----
- f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por actos praticados no exercício das suas funções;-----
- g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;-----
- h) Fixar as quotas a pagar pelos associados;-----
- i) Decidir sobre a aplicação de sanções disciplinares de exclusão, suspensão e repreensão de associados.-----
- j) Decidir do exercício do direito de acção civil e penal contra associados.-----
- l) Deliberar sobre a alteração dos objectivos da associação.-----
- m) Deliberar sobre a realização de inquéritos e auditorias ao funcionamento dos órgãos sociais e proceder em conformidade com as conclusões dos mesmos.-----
- n) Deliberar sobre a nomeação de associados honorários e beneméritos.-----
- o) Apreciar e deliberar, sob proposta da direcção, a transferência da sede da associação.-
- p) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respectivos bens.-----
- q) Aprovar a dissolução da associação.-----

### **Artigo 30º**

#### **Convocação e publicitação**

1- A assembleia geral é convocada com pelo menos 15 dias de antecedência sobre a sua realização, pelo presidente da mesa ou substituto.-----

2- A convocatória é obrigatoriamente:-----

a) Afixada na sede e nos vários complexos da APPACDM DE BRAGA;-----

b) Pessoalmente, através de aviso postal simples expedido para cada associado ou, em alternativa ou cumulativamente, publicitada através de anúncio em dois jornais da cidade de Braga.-----

3- Da convocatória constará, obrigatoriamente, o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.-----

4- Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da instituição, logo que a convocatória seja publicitada por qualquer dos meios previstos nestes estatutos.-----

**Artigo 31º**

**Funcionamento**

1- A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.-----

2- A assembleia geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.-----

**Artigo 32º**

**Deliberações**

1- As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples, não se contando as abstenções.-----

2- É exigida a maioria qualificada na aprovação das matérias constantes nas alíneas e), g) e l) do artigo 29º dos estatutos.-----

3- No caso da alínea e) do artigo 29º dos estatutos, a dissolução não tem lugar se um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros previstos para os respectivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra.-----

**Artigo 33º**

**Da nulidade das deliberações**

São nulas todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da ordem de trabalhos constante da convocatória, salvo se, estiverem presentes ou devidamente

representados todos os associados da APPACDM DE BRAGA, no pleno gozo dos seus direitos e concordarem, por unanimidade, com a respectiva inclusão.-----

### **Artigo 34º**

#### **Votações**

- 1- O direito de voto efectiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.-----
- 2- Gozam de capacidade eleitoral activa os associados com, pelo menos, 12 meses de vida associativa na APPACDM DE BRAGA.-----
- 3- Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, com assinatura reconhecida notarialmente, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue à data da respectiva reunião.-----
- 4- Cada associado não pode representar mais do que um associado.-----

### **Artigo 35º**

#### **Reuniões da assembleia geral**

- 1- A assembleia geral reunirá obrigatoriamente em sessão ordinária:-----
  - a) Até 31 de Março de cada ano civil para aprovação do relatório e contas do exercício do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal;-----
  - b) Até 30 de Novembro de cada ano civil, para apreciação e votação do programa de acção e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do conselho fiscal.-----
  - c) No final de cada mandato, até final do mês de Outubro, para a eleição dos titulares dos órgãos associativos.-----
- 2- A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por iniciativa deste, a pedido da direcção ou do conselho fiscal, ou a requerimento de, pelo menos, vinte assinaturas de associados no pleno gozo dos seus direitos.-----
- 3- A assembleia geral extraordinária deve realizar-se no prazo máximo de trinta dias a contar da data da recepção do pedido ou requerimento mencionados no número anterior.

### **Secção VI**

#### **Da Direcção**

### **Artigo 36º**

#### **Constituição**

- 1- A direcção da associação é constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um a dez vogais, desde que em número ímpar.-----

- 2- Poderá haver um número de suplentes a considerar e cujo nome constará da respectiva lista a submeter a sufrágio.-----
- 3- O vice-presidente substitui o presidente na sua falta, impedimento ou vacatura.-----
- 4- Os membros suplentes eleitos só exercerão as suas funções quando se verificar o impedimento prolongado dos membros efectivos.-----

### **Artigo 37º**

#### **Vacaturas**

Durante o mandato da direcção, as vagas abertas entre os seus membros serão obrigatoriamente preenchidas pelos membros suplentes segundo a ordem por que tiverem sido eleitos, devendo os membros da direcção escolher entre todos o cargo ou os cargos a atribuir, resultantes da vacatura, com excepção do cargo de presidente, em que será o vice-presidente a assumir o cargo.-----

### **Artigo 38º**

#### **Reuniões**

A direcção reúne, obrigatoriamente, uma vez por mês e sempre que necessário, e é solidariamente responsável por todos os actos de administração, salvo as excepções previstas na lei e nos presentes estatutos.-----

### **Artigo 39º**

#### **Competências**

- 1- Compete à direcção gerir a associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:-----
  - a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;-----
  - b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte:-----
  - c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;-----
  - d) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da associação;-----
  - e) Representar a associação em juízo ou fora dele;-----
  - f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação;-----

- g) Administrar os meios financeiros da associação de acordo com os orçamentos aprovados;-----
- h) Promover e recolher planos de actividades e relatórios anuais das diferentes unidades ou centros de atendimento;-----
- i) Obrigar a APPACDM DE BRAGA em operações financeiras e outras através da assinatura conjunta de dois dos seus membros, sendo uma, obrigatoriamente, a do presidente, do vice-presidente ou do tesoureiro.-----
- j) Manter um registo actualizado do número e categorias de associados;-----
- l) Admitir associados efectivos;-----
- m) Promover, instruir e decidir sobre o levantamento de processos disciplinares, nos termos da lei e dos presentes estatutos.-----
- n) Nomear e demitir os respectivos directores ou coordenadores;-----
- o) Celebrar contratos de compra e venda de móveis e imóveis, procedendo ao respectivo registo, mútuos, seguros, arrendamentos, locação financeira, garantias, prestação de serviços e empreitadas, abrir e movimentar quaisquer contas bancárias e desencadear os necessários procedimentos administrativos junto dos competentes órgãos da administração central, local e regional;-----
- p) Outorgar escrituras públicas, através da assinatura conjunta de dois membros da direcção, sendo uma, obrigatoriamente, a do presidente, vice-presidente ou tesoureiro.-----
- q) Delegar poderes que lhe estão atribuídos por lei ou pelos estatutos em pessoa ou pessoas a designar, bem como revogar os mesmos, no todo ou em parte, a todo o tempo.-----
- r) Propôr a aplicação das sanções disciplinares de exclusão, suspensão e de repreensão.-
- s) Elaborar, propor e executar o regulamento interno.-----
- t) Elaborar, propor e executar o regulamento eleitoral.-----
- u) Recrutar, contratar e despedir nos termos legais os trabalhadores da APPACDM DE BRAGA, exercer o poder disciplinar de acordo com a lei geral, os estatutos e regulamento interno da associação.-----
- v) Admitir associados efectivos.-----
- x) Criar serviços de cuidados directos à população atendida.-----
- z) Facultar ao conselho fiscal o exame dos livros de actas, demonstrações financeiras e demais documentos sempre que lhe sejam solicitados para o exercício da sua função.-----

W  
JLC  
Shun

aa) Relacionar-se dinâmica e operacionalmente com todas as instituições de que seja filiada e com todas aquelas, estatais ou privadas, que por obrigação legal ou conveniência associativa seja útil manter e incentivar.-----

**Artigo 40º**

**Forma de obrigar**

- 1- Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de dois membros da direcção, sendo uma, obrigatoriamente a do presidente, vice-presidente ou do tesoureiro.-----
- 2- Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da direcção.--

**Secção V**

**Do Conselho Fiscal**

**Artigo 41º**

**Constituição**

- 1- O conselho fiscal é composto por três membros, sendo um presidente e dois vogais.----
- 2- Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.-----
- 3- No caso de vacatura do cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este pelo primeiro suplente.-----

**Artigo 42º**

**Competências**

- 1- Compete ao conselho fiscal o controlo e fiscalização da associação, podendo, nesse âmbito, efectuar à direcção e mesa da assembleia geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:-----
  - a) Fiscalizar a direcção, podendo, para o efeito consultar a documentação necessária;
  - b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de acção e orçamento para o ano seguinte;-----
  - c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a direcção e/ou mesa da assembleia geral submetam à sua apreciação;-----
  - d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos;-----
  - e) Solicitar a convocação de assembleia geral sempre que o julgue necessário;-----

↳

f) Solicitar à direcção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor a realização de reuniões extraordinárias para discussão com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.-----

2- Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões da direcção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão.-----

3- O conselho fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, pro convocação do presidente e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada semestre.-----

## **Capítulo VI**

### **Regime financeiro**

#### **Artigo 43º**

##### **Património**

O património da associação é constituído pelos bens expressamente afectos pelos associados fundadores à associação, pelos bens e equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.---

#### **Artigo 44º**

##### **Receitas**

São receitas da associação:-----

a) As quotizações e as eventuais contribuições complementares pagas pelos associados;-----

b) Os rendimentos dos bens e capitais próprios;-----

c) Os rendimentos dos serviços prestados;-----

d) Os rendimentos de produtos vendidos;-----

e) Os rendimentos de arrendamentos de imóveis;-----

f) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;-----

g) Os subsídios do Estado, ou de organizações oficiais;-----

h) Os donativos e produtos de festas;-----

i) Outras receitas. -----

#### **Artigo 45º**

##### **Quotas, serviços ou donativos**

1- Os associados pagam uma quota anual, no valor sugerido pela direcção e que for aprovado em assembleia geral.-----

2- Havendo lugar à prestação de donativos, ou de prestação de serviços de carácter extraordinário e que não se enquadre no normal funcionamento da instituição, compete à direcção propor à assembleia geral a aprovação dos mesmos.-----

## Capítulo VII

### Artigo 46º

#### Disposições diversas e finais

- 1- A extinção da associação tem lugar nos casos previstos na lei.-----
- 2- Compete à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.-----
- 3- Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ulitimação dos negócios pendentes.-----
- 4- Pelos actos restantes e pelos danos que deles advenham à associação, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram.-----

### Artigo 47º

#### Duração

A APPACDM DE BRAGA durará por tempo indeterminado.-----

### Artigo 48º

#### Actas

Das reuniões dos órgãos sociais lavrar-se-á sempre acta que deverá ser assinada por todos os titulares presentes, excepto das assembleias gerais que serão assinadas apenas pelos membros da mesa.-----

### Artigo 49º

#### Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, de acordo com a legislação em vigor.-----

*Carla Ramalho*

*Manuel Carlos*  
*João Maria da Costa*

W  
SLS  
afund

**ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA APPACDM DE BRAGA**  
**CORRESPONDÊNCIA DA ACTUAL COM A ANTERIOR REDACÇÃO**

Artigo 1º, nº 1 corresponde ao antigo artigo 1º.

Nº 2 do art. 1º corresponde ao antigo art. 2º, com alteração.

Os nºs 1, 2 e 3 do artigo 2º corresponde aos nºs 1, 2 e 3 do antigo art. 3º

O nº 4 do art. 2, corresponde ao antigo artigo 4º.

O nº 1 do art. 3º tem uma nova redacção, mas corresponde ao antigo nº 1 do art. 5º.

Os nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 do art. 3º correspondem aos nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, do antigo art. 5º.

O nº 9 do art. 3º é novo.

O artigo 4º corresponde ao antigo artigo 6º.

O artigo 5º corresponde ao antigo artigo 7º.

O nº 1 do art. 6º corresponde, com alteração, ao antigo nº 1 do art. 8º.

O nº 2 do art. 6º corresponde ao antigo nº 2 do art. 8º.

O nº 1 do art. 7º, com as alterações que lhe foram introduzidas, corresponde ao antigo art. 11º.

O nº 2 do art. 7º é novo.

O art. 8º, com as alterações introduzidas, corresponde ao antigo art. 12º (foi eliminada a alínea b)).

O artigo 9º é novo, tendo sido abolido o antigo art. 13º.

O nº 8 do artigo 10º corresponde ao antigo nº 8 do art. 15º.

Os nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9 do art. 10º são novos, tendo-se eliminados os antigos nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 ou foram eliminados ou alterados.

O nº 1 do art. 11º corresponde ao antigo nº 7 do art. 14º.

O nº 2 do art. 11º corresponde, com a alteração introduzida ao antigo nº 11 do art. 14º.

O nº 3 do art. 11º corresponde, com a alteração introduzida, ao antigo nº 3 do antigo art. 14º.

O nº 4 do art. 11º corresponde ao antigo nº 2 do art. 14º.

O nº 5 do art. 11º corresponde ao antigo nº 5 do art. 14º.

O nº 6 do art. 11º corresponde ao antigo nº 6 do art. 14º.

Os antigos artigos 16º, 17º e 18º foram abolidos.

O nº 1 do art. 12º corresponde ao nº 1 do antigo artigo 19º.

O nº 2 do art. 12, corresponde, com a alteração introduzida, ao antigo nº 2 do art. 19º.

Os nºs 1 e 2 do art. 13º correspondem, com as alterações introduzidas aos antigos nºs 1 e 2 do art. 20º.

Os nºs 1 e 3 do art. 14º correspondem, com as alterações introduzidas, aos antigos nºs 1 e 2.

O nº 2 do art. 14º é novo.

O art. 15º corresponde ao antigo art. 22º.

O art. 16º tem uma nova redacção no seu todo, mas que correspondia ao antigo art. 23º.

O art. 17º é novo, atenta a nova redacção e condições dadas ao anterior art. 24º.

O nº 2 do art. 18º corresponde ao antigo art. 26º.

O nº 1 do art. 18º tem nova redacção, alterando o antigo art. 25º.

O artigo 19º é inteiramente novo, tendo sido abolido o antigo artigo 27º.

O nº 1 do art. 20º alterou o nº 1 do antigo nº 1 do art. 28º.

Os nºs 2, 3 e 4 do art. 20º são novos, tendo-se abolido os nºs 2 e 3 do antigo art. 28º.

O art. 21º é inteiramente novo, tendo-se abolido o antigo art. 29º.

O art. 22º é inteiramente novo.

O art. 23º é inteiramente novo.

O art. 24º é inteiramente novo.

É abolido o antigo art. 30º.

O art. 25º é inteiramente novo.

Foram abolidos os arts. 31º, 32º, 33º dos antigos estatutos.

O art. 26º corresponde ao antigo art. 35º.

O art. 27º é inteiramente novo.

O art. 28º é inteiramente novo, tendo-se abolido os antigos art. 36º e 37º, e alterado o art. 40º.

O art. 29º corresponde ao antigo art. 47º com as várias alterações que lhe foram introduzidas.

O art. 30º é inteiramente novo.

O art. 31º é inteiramente novo.

O art. 32º é inteiramente novo.

O art. 33º corresponde ao antigo art. 43º.

O art. 34º é inteiramente novo e correspondia ao antigo art. 44º.

O art. 35º é inteiramente novo.

O art. 45º dos anteriores estatutos foi eliminado.

O nº 2 do art. 36º corresponde ao nº 2 do antigo artigo 48º.

Os nºs 1, 3 e 4 do art. 36º são inteiramente novos.

O art. 37º corresponde ao antigo nº 1 do art. 49º.

O art. 38º, com alterações, corresponde ao antigo art. 50º.

O art. 39º, com algumas alterações, corresponde ao antigo art. 51º.

O art. 40º, com alterações, corresponde à antiga alínea h) do nº 1 do art. 51º.

O art. 41º corresponde, com alteração de redacção, ao antigo art. 52º.

O art. 42º corresponde, com as várias alterações, ao antigo art. 53º.

O nº 3 do art. 42º corresponde ao antigo art. 54º.

O art. 44º, com as alterações de redacção e conteúdo, corresponde ao antigo art. 10º.

O art. 45º é novo.

O art. 46º é novo.

O artigo 47º corresponde ao antigo artigo 9º.

*Uia Fern de Uuis*

*Dr Carmilur  
Jose Ferreira da Costa Queiroz*